



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

## **A INFANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Andreya Rafayella Santos Cavalcanti

JOÃO PESSOA – PB  
2019

**ANDREYA RAFAYELLA SANTOS CAVALCANTI**

**A INFANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da professora Suelídia Maria Calaça.

JOÃO PESSOA – PB  
2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C376i Cavalcanti, Andreyra Rafayella Santos.

A Infantilização das Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos / Andreyra Rafayella Santos Cavalcanti. - João Pessoa, 2019.

60 f.

Orientação: Suelídia Calaça.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação de Jovens e Adultos. Educação Libertadora.
2. Práticas Pedagógicas. Infantilização. I. Calaça, Suelídia. II. Título.

UFPB/BC


ANDREYA RAFAYELLA SANTOS CAVALCANTI

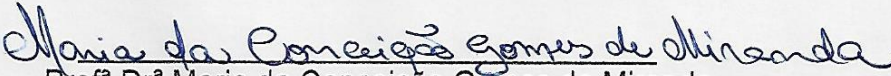
**A INFANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

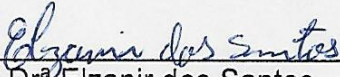
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovado em: 23/09/19

**BANCA EXAMINADORA**

  
Profª Drª. Suelidia Maria Calaça  
Orientadora - UFPB

  
Profª Drª Maria da Conceição Gomes de Miranda  
Examinadora - UFPB

  
Profª Drª Elzanir dos Santos  
Examinadora - UFPB

*Dedico esse trabalho a minha mãe, Maria das Neves dos Santos Cavalcanti (in memoriam), que mesmo não podendo presenciar mais essa conquista em minha vida, sei que seria uma das minhas maiores incentivadoras. A ela todo o meu amor.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos que não foram poucos, sem Ele não teria conseguido. Ele é o meu Refúgio e Fortaleza, socorro bem presente na hora da angústia.

A minha família por sempre está do meu lado, me incentivando e me dando forças para não desistir de meus objetivos, em especial a minha amada e querida avó/mãe Irene, mulher guerreira e forte, que se hoje sou o que sou devo a ela, pelo seu cuidado e amor incondicional.

Também a minha tia/mãe Irene que também amo incondicionalmente e que sempre esteve ao meu lado, cuidando e me incentivando em todos os momentos.

Minha irmã e meus sobrinhos que eu amo tanto e que esse amor me dá forças para seguir em frente e nunca desistir.

A todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, lapidaram conhecimentos e me apresentaram um novo mundo de possibilidades. Contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento profissional e pessoal. E em especial, a minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suelídia Maria Calaça, que me ajudou prontamente sempre que precisei.

As minhas companheiras de trabalho e amigas Neide Castro e Eurides Paiva que estiveram do meu lado me apoiando e me dando forças, me mostrando através de suas vidas o cuidado de Deus por mim.

A todos que fazem parte do Colégio Betel Brasileiro, vocês são minha família CBB.

Ao meu colega de trabalho e amigo Eliakim, pela disponibilidade de sempre e pela grande ajuda que me deu.

A minha turma da UFPB que desde o início do curso se fez presente em minha vida, levarei vocês para sempre.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

*“Não há saber mais ou saber menos: há  
saberes diferentes.”*

*(Paulo Freire)*

## RESUMO

O presente trabalho problematiza a questão da infantilização das práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), e tem como objetivo geral discutir a metodologia de ensino na Educação de Jovens e Adultos, identificando a existência ou não da infantilização dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Para atingir este objetivo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: conceituar a Educação de Jovens e Adultos e a metodologia adequada para este tipo de educação; refletir sobre o planejamento de aulas na Educação de Jovens e Adultos, avaliando a importância do mesmo para esta modalidade de ensino e identificar a existência ou não da infantilização do trabalho pedagógico na EJA, a fim de compreender como acontece a educação escolar para esta modalidade de ensino. Parte-se de uma fundamentação teórica aportada na educação dialógica e libertadora a partir de Paulo Freire e autores desta vertente educacional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos sujeitos são as professoras do Ciclo I e II da EJA, de uma escola estadual de João Pessoa, utilizando como instrumentos de coleta de dados as observações sistemáticas e a aplicação de um questionário com as docentes dessas duas turmas. Foram analisados as propostas pedagógicas e os recursos didáticos utilizados, bem como o planejamento e a metodologia utilizada pelas docentes. Ao final do trabalho concluiu-se que a infantilização das práticas pedagógicas se fez presente nas aulas das docentes observadas, provavelmente como consequência de um planejamento e de uma metodologia que não considera os sujeitos da aprendizagem como ponto de partida para o trabalho educativo.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Educação Libertadora. Práticas Pedagógicas. Infantilização.

## ABSTRACT

The present work discusses the issue of infantilization of pedagogical practices in Youth and Adult Education (EJA), and its general objective is to discuss the teaching methodology in Youth and Adult Education, identifying the existence or not of the infantilization of classroom content. of class. To achieve this goal, the following specific objectives were elaborated: to conceptualize Youth and Adult Education and the appropriate methodology for this type of education; reflect on the planning of classes in Youth and Adult Education, evaluating its importance for this teaching modality and identify the existence or not of the infantilization of pedagogical work in the EJA, in order to understand how school education happens for this modality of education. teaching. It starts from a theoretical foundation based on dialogic and liberating education based on Paulo Freire and authors of this educational aspect. This is a qualitative research, whose subjects are the teachers of EJA Cycle I and II, from a state school of João Pessoa, using as systematic data collection instruments the application of a questionnaire with the teachers of these two. classes. The pedagogical proposals and the didactic resources used, as well as the planning and the methodology used by the teachers were analyzed. At the end of the work it was concluded that the infantilization of pedagogical practices was present in the teachers' classes observed, probably as a consequence of a planning and a methodology that does not consider the learning subjects as a starting point for the educational work.

**Keywords:** Youth and Adult Education. Liberating Education. Pedagogical practices. Infantilization.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	13
2.1 Campo de Pesquisa .....	16
2.2 Sujeitos da Pesquisa.....	17
2.3 Instrumentos de Coleta de Dados .....	18
2.3.1 A observação sistemática .....	19
2.3.2 O questionário .....	19
<b>3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b> .....	20
3.1 Breve Histórico Sobre a EJA no Brasil.....	21
3.2 A Educação de Jovens e Adultos – Conceito.....	33
<b>4 OS SUJEITOS DA EJA, METODOLOGIA E PLANEJAMENTO PARA ESSA MODALIDADE DE ENSINO</b> .....	35
4.1 Metodologia na EJA .....	37
4.2 O Planejamento .....	41
<b>5 REFLEXÕES A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO</b> .....	47
5.1 A Prática Educativa Observada .....	47
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	58
<b>APÊNDICE</b> .....	60

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem a finalidade discutir a metodologia de ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA), identificando a existência ou não da infantilização das práticas pedagógicas dentro da sala de aula.

Iniciaremos o trabalho fazendo uma sucinta trajetória da EJA no Brasil e trazendo o seu conceito. Vamos refletir também sobre o planejamento das aulas, avaliando a importância do mesmo para esta modalidade de ensino.

O interesse pela Educação de Jovens e adultos teve início na disciplina de EJA, que fazia parte da grade curricular do quinto período do curso de pedagogia. Nessa disciplina a visão que tínhamos sobre a EJA era totalmente preconceituosa e sem nenhuma empatia por esses sujeitos, e no decorrer da disciplina essa visão foi desconstruída.

Isso aconteceu quando compreendemos que esses alunos/trabalhadores, não são pessoas que simplesmente abandonaram a escola porque não queriam estudar, e sim porque em sua grande maioria essa foi a única opção.

Quando se começa a refletir sobre a vida desses alunos, acabamos nos identificando com aquela realidade, pois percebemos que assim como muitos daqueles estudantes, que passam o dia todo trabalhando e a noite estavam na sala de aula mesmo cansados, essa também era a nossa realidade. Embora em níveis de estudos diferentes, o contexto era o mesmo. Foi a partir desse momento de reflexão que o preconceito que tínhamos se transformou em empatia.

A escolha pelo tema surgiu pela experiência que tivemos no estágio supervisionado V (EJA), e também na disciplina de AJA, ambas do nono período do curso de pedagogia da área de aprofundamento em EJA. No qual foi observado nas visitas de observação e participação, práticas pedagógicas que não levavam em consideração o meio no qual os alunos estavam inseridos nem suas experiências de vida. Tratavam o educando como objeto da educação e não como sujeito. Não havia entre o professor e o aluno a troca de experiências e o diálogo que são tão importantes na aquisição de conhecimento.

Procuramos identificar através dessas visitas de observação sistemática e aplicação de um questionários com as docentes, nas salas dos ciclos I e II da EJA, de uma Escola Estadual de João Pessoa, localizada no bairro de Funcionários I, se nas práticas pedagógicas havia ou não a infantilização dos conteúdos didáticos, bem como na forma de tratamento direcionados a esses alunos que já passaram por muitas experiências que podem ser consideradas no processo de ensino aprendizagem.

Infelizmente, com o resultado da análise dos dados e das observações, pode-se perceber que a infantilização se faz presente nas aulas, e que essas práticas pedagógicas infantilizadoras, muitas vezes, são responsáveis pela evasão dos alunos da EJA, que voltam para escola em busca de algo novo, no entanto o que encontram é o mesmo ambiente que abandonaram anos atrás. Agora são jovens ou adultos e o tratamento direcionado a eles em sua grande maioria é o mesmo dado as crianças, usando palavras no diminutivo e utilizando atividades direcionadas para uma faixa etária que não condiz com a que se encontram.

Iniciaremos o texto, fazendo uma breve trajetória sobre Educação de jovens e Adultos no Brasil e seu conceito. Em seguida, iremos adentrar na temática sobre planejamento e metodologia, para a partir desses pontos e das análises e atividades realizadas para a concretização da pesquisa, discutir a questão da infantilização das práticas pedagógicas na EJA e, assim, poder sugerir propostas de melhorias nessa educação que leve em consideração as especificidades desses sujeitos.

Em muitos artigos acadêmicos se escuta que essa é uma modalidade de ensino que tem particularidades diferenciadas, mas pouco se valoriza esses alunos que compõem as turmas de EJA, não havendo, de fato, uma preocupação real para se desenvolver uma prática que seja significativa e produtiva de modo que legitime a identificação desses alunos, como sujeitos críticos e autônomos.

As considerações que proponho nesse trabalho são relevantes, pois tratam da lógica das práticas pedagógicas que o docente busca desenvolver com o objetivo de promover o aprendizado, mas trazem embutidos valores, ideias e concepções bastante diferentes do público que frequenta essa modalidade de ensino.

Isso dificulta o processo de ensino aprendizagem desse educando, pois o que é passado para ele, acaba não tendo nenhum significado e assim ele não consegue

fazer a ligação do que foi dito com sua realidade e com isso não há uma aprendizagem significativa.

Essa modalidade de Ensino também é marcada por muitos desafios, como exemplos: as diferenças de idade entre os jovens e adultos, evasão, falta de recursos, falta de políticas públicas específicas para esta modalidade, falta de professores especializados para atuarem nessa distinta realidade, e com esse despreparo acabam não levando em consideração as especificidades desse público, infantilizando suas práticas pedagógicas, trabalhando com os adultos como se estivessem lidando com crianças.

Foram acompanhadas do mês de junho ao mês de julho de 2019, duas salas de aula da EJA, sendo uma do ciclo I, e outra do ciclo II, cada sala com uma professora titular, observando se havia ou não a infantilização dos conteúdos que é o tema da minha pesquisa.

Fiz um total de dez visitas na Escola, com o objetivo de observar as práticas pedagógicas dessas docentes em sala de aula, afim de identificar em suas práticas se havia ou não a infantilização das mesmas e como essas docentes faziam o planejamento de suas aulas para esse público distinto.

## 2 METODOLOGIA

Após a disciplina de EJA, conhecemos um pouco mais de perto essa distinta realidade, o pensamento foi mudado e passamos a enxergar esse público com outros olhos e a compreender os inúmeros motivos que levaram esses alunos a evadirem da escola.

Outro ponto de suma importância para escolha da área de aprofundamento em EJA, que resultou também no tema dessa pesquisa, foi a identificação que existiu com os ideais de Paulo Freire para educação.

Freire acreditava numa educação libertadora, procurava levar as pessoas a entenderem sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação.

O interesse partiu das observações das aulas do estágio supervisionado V, ao perceber o tratamento inadequado dado por alguns docentes aos alunos, muitas das vezes direcionando aos jovens e adultos o mesmo tratamento dado às crianças e não só o tratamento, como também as atividades destinadas a eles, não contextualizavam com o meio no qual estavam inseridos.

Esses pontos elencados despertaram o interesse de querer aprofundar o conhecimento sobre essa realidade distinta da educação, pois com as visitas, pudemos observar a maneira como os professores trabalhavam os conteúdos e tratavam os alunos.

Traziam para a sala de aula atividades que não condizem com o perfil dos educandos da EJA, ou seja, atividades que são idênticas às transmitidas para crianças da educação infantil e ensino fundamental do ensino dito regular. Mas não somente isto, a própria postura que o professor possui perante os jovens e adultos da EJA, é semelhante à postura que os professores possuem com as crianças.

Essa prática trouxe inquietação e despertou o interesse de pesquisar sobre essa temática, e também a procurar maneiras para que os jovens e adultos tenham suas histórias de vida, muitas delas tecidas na exclusão, respeitadas e levadas em consideração no processo de ensino-aprendizagem.

Um fator que chamou a atenção nas aulas observadas é que as professoras que atuam nesses dois ciclos da EJA vêm de áreas da licenciatura diferentes.

Muitas vezes, esta formação não dialoga com a EJA, mas, mesmo assim, o profissional escolhe atuar nesta modalidade de ensino, por motivos variados, a exemplo de completar a carga horária de trabalho para aumentar sua renda. Ao estar à frente do processo de ensino-aprendizagem nesta condição, o docente sente dificuldades de realizar uma proposta pedagógica compatível com a EJA, replicando a mesma que utiliza no ensino “regular”, prejudicando a aprendizagem dos jovens e adultos.

Segundo Pinto (1987), “tratar o aluno da EJA como criança é inadequado, pois não considera o adulto como um ser de saberes e ignora seu desenvolvimento e conhecimento”. Quando um professor propõe atividades que não condizem com o perfil dos alunos, a aula se torna desinteressante, impedindo assim a aproximação dos conteúdos com a realidade dos mesmos.

A formação inicial dos professores para atuarem na EJA, precisa considerar que o público atendido carrega consigo uma longa trajetória de vida e experiências que precisam ser consideradas no ambiente da troca de aprendizagens.

Pelas questões colocadas acima ocorreu a escolha deste tema. Compreendemos que a Educação Emancipadora, de base Freireana, pode contribuir com um caminho mais acertado para a Educação de Jovens e Adultos, visando a formação de um educador comprometido com o ensino que leve em consideração o meio no qual o aluno está inserido, suas especificidades e também a troca de experiências, tratando o aluno como sujeito da educação e não como um objeto.

Queremos uma escola capaz de trabalhar um currículo significativo, preparada para que o ensino e a aprendizagem de fato se efetivem, e que a proposta político-pedagógica esteja alicerçada a uma pedagogia crítica, capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica do meio no qual está inserido.

Segundo Paulo Freire (1996, p.47) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Freire acreditava que o aprendizado se dá pela troca de experiências e que o professor não é o detentor do conhecimento e sim apenas o mediador.

A proposta de Freire é a noção de consciência crítica como conhecimento e prática de classe. É uma pedagogia da consciência, em termos educacionais, é uma

proposta antiautoritária, onde professores e alunos ensinam e aprendem juntos, engajados num diálogo permanente.

Este é o tipo de proposta educacional que deveria ser adotada, não só pelos professores que atuam na EJA, mas por todos os professores comprometidos com a educação que transforma os alunos em sujeitos críticos, reflexivos e capazes de reconhecer sua posição na sociedade.

Partindo desta compreensão de educação, este trabalho tem como objetivo geral discutir a metodologia de ensino na Educação de Jovens e Adultos, identificando as possíveis práticas de infantilização dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Para atingir este objetivo, construí os seguintes objetivos específicos: conceituar a Educação de Jovens e Adultos e a metodologia adequada para este tipo de educação, refletir sobre o planejamento de aulas na Educação de Jovens e Adultos, avaliando a importância do mesmo para esta modalidade de ensino e identificar a existência ou não da infantilização do trabalho pedagógico na EJA, a fim de compreender como acontece a educação escolar para esta modalidade de ensino.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: a primeira com base em estudos bibliográficos, consultando pesquisadores e teóricos relacionados a esta área para fundamentar a escolha do tema; a segunda um estudo de campo, utilizando duas ferramentas para coleta de dados: um questionário de 8 questões, divididas em abertas e fechadas, que foram aplicados com os docentes dos Ciclos I e II da EJA, e a observação sistemática na Escola Cidadã Integral Cônego Nicodemos Neves em João Pessoa.

Procurou-se observar nas visitas, pontos destacados como sendo de suma importância para se chegar aos objetivos deste trabalho. Foram observados cinco pontos principais que ajudariam na realização da pesquisa, foram eles: as atividades propostas pelos docentes em sala, a metodologia de ensino, o material utilizado, o planejamento da aula e o tratamento dado aos alunos.

Na tentativa de concretizar o estudo. A opção foi a de trabalhar com a abordagem qualitativa que é definida como um tipo de investigação voltada para os aspectos qualitativos de uma determinada questão considerando a parte subjetiva

do problema. Isto significa que ela é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente.

Segundo Richardson (1999, p.71), “ a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo por ser uma forma adequada para se entender a natureza de um fenômeno social”. Neste sentido Rodrigues (2007, p.39), complementa afirmando que abordagem qualitativa se refere à “denominação dada à pesquisa que se vale da razão discursiva”, ou seja, é um procedimento que busca interpretar as informações obtidas durante a coleta de dados para a pesquisa.

Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. (MARTINS, 2004, p.292).

No tocante ao âmbito escolar, verificou-se a metodologia dos docentes, como os professores preparam e aplicam suas aulas, suas motivações, bem como a formação acadêmica.

## **2.1 Campo de Pesquisa**

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Cidadã Integral Cônego Nicodemos Neves, no Bairro de Funcionários I, em João Pessoa. Nas salas dos Ciclos I e II da EJA.

A Escola possui um total de 684 alunos matriculados segundo o gestor, divididos nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), no Ensino Fundamental II, Médio E EJA.

Possui uma boa infraestrutura, com um total de 13 salas de aula, 68 funcionários, salas de aulas climatizadas, sala de professores, coordenação, direção, secretaria, Laboratório de Informática e também de Ciências, Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), quadra de esportes coberta, banheiros adaptados, refeitório, sala de informática, acesso à internet, sala de leitura, rampas de acesso para deficientes físicos, despensa, almoxarifado, área verde e pátio coberto.

## **2.2 Sujeitos da Pesquisa de Campo**

A pesquisa foi realizada com os professores dos Ciclos I e II da EJA, totalizando 3 professoras, duas titulares e uma substituta, que assumia as aulas quando uma das professoras titulares não podia comparecer.

Vamos falar da idade dessas docentes numa sequência decrescente. A docente mais velha tem a idade de 54 anos, seguida da segunda docente que tem 51 anos e por último a terceira docente com 48 anos.

Todas trabalham na EJA já a algum tempo, a primeira professora leciona a 9 anos para essa modalidade de ensino, a segunda a 11 anos e a terceira a 7 anos.

As professoras destes dois ciclos foram as escolhidas porque são os ciclos que poderemos lecionar de acordo com a licenciatura em pedagogia. Então, a opção foi no aprofundamento dessa realidade, que futuramente poderá ser nosso campo de trabalho.

Das três professoras participantes da pesquisa, apenas uma é licenciada em pedagogia, outra é formada em Biologia e a terceira em História. Já trabalham na área da educação a mais de 20 anos.

A EJA não foi primeira opção de trabalho de nenhuma das três, foram trabalhar na EJA para complementar a renda e afirmaram que no início não se identificaram com essa realidade, mas com o tempo foram se adaptando e hoje já estão acostumadas e não querem deixar a EJA.

## **2.3 Os instrumentos de coleta de dados**

A coleta de dados pode ser considerada um dos momentos mais importantes da realização de uma pesquisa, pois é durante a coleta de dados que o pesquisador obtém as informações necessárias para o desenvolvimento do seu estudo.

Para se coletar as informações a respeito do tema investigado, foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados: a observação sistemática e a aplicação de questionários com os professores participantes.

Numa pesquisa científica existem observações: assistemática, sistemática, participante e não participante. Na observação assistemática também conhecida como casual ou simples, a observação é feita de forma livre sem que haja um planejamento prévio, ela é denominada não-estruturada. Já a observação sistemática é uma observação que requer um planejamento prévio, com vista a tender a critérios pré-estabelecidos, enfim, é uma observação estruturada, se limitando a descrever informações precisas acerca do fato em questão.

Na observação participante, o próprio nome já diz, o pesquisador participa da pesquisa, ele pertence ao grupo que está sendo avaliado, e o não participante, ele apenas observa os envolvidos na pesquisa, mas não se envolve diretamente.

Segundo Gil (1999), a observação “constitui um elemento fundamental para a pesquisa”, pois é a partir dela que é possível delinear as etapas de um estudo: formular um problema, construir a hipótese, definir variáveis, coletar dados e etc.

A observação não se trata apenas de ver, mas de examinar e é um dos meios mais frequentes para conhecer pessoas, coisas, acontecimentos e fenômenos.

Essas observações tinham por finalidade conhecer como se davam e como eram desenvolvidos os métodos pedagógicos das docentes, a fim de identificar em suas práticas se havia ou não a infantilização das mesmas.

Quanto ao questionário, escolhi esse instrumento para pesquisa por ser considerado mais rápido para obtenção de informações mais precisas e por ser uma técnica que serve para coletar informações da realidade e também por haver maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato.

### **2.3.1 A observação sistemática**

A observação sistemática é um método utilizado para compreender como funciona uma determinada atividade ou tarefa. O pesquisador observa as etapas de um processo, as ferramentas utilizadas, as dificuldades que aparecem, as conversas e resultados do trabalho.

Na observação sistemática procurei compreender as práticas pedagógicas das docentes, observando os seguintes critérios: condução das aulas, existência ou

não de um planejamento, se levavam em consideração as especificidades do público diferenciado que atendiam e se nas atividades propostas por elas, podia encontrar a infantilização tanto dos conteúdos quanto do tratamento destinado aos alunos.

### **2.3.2 O questionário**

O questionário aplicado as docentes continha questões abertas e fechadas, com perguntas estruturadas que permitiram, ideias, opiniões, condutas e expressões sobre a realidade vivida ao que acontece ou ao que poderá acontecer, sendo as perguntas suficientemente elaboradas, para fazer com que as categorias de respostas sejam significativas.

Ao todo foram oito questões, nas quais procurei identificar o tempo de prática docente das professoras, bem como suas áreas de formação, o tempo que atuava na EJA, como faziam seus planejamentos de aulas e o material utilizados durante as aulas, para que a partir desses dados se pudesse fundamentar a problematização da pesquisa, pois é importante que aconteça essa coleta de dados através de questionários, para que assim torne-se eficiente proporcionando reflexão aos dados coletados, e a construção do debate entre as diferentes fontes, o que contribui com os objetivos que se deseja alcançar.

### **3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Neste capítulo iremos apresentar um breve histórico sobre a Educação de Adultos no Brasil, desde os primórdios dessa educação até os dias atuais, destacando os principais momentos enfrentados para que houvesse a consolidação dessa educação em nosso país, embora ainda que seja frágil e esteja enfrentando no atual governo muitos retrocessos.

Partiremos desse ponto para que seja melhor a compreensão de como surgiu a educação de adultos e todo o seu trajeto até ganhar espaço dentro da Lei e se consolidar como modalidade de Ensino.

Quando tomamos um assunto como objeto de uma investigação histórica, temos que levar em consideração a sua relevância para a construção do conhecimento. Em conformidade com isto, analisando a realidade da educação brasileira, vemos que os números ainda são preocupantes. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de analfabetismo mais atual no Brasil foi divulgada em junho de 2019 e na última Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua. O Brasil tem pelo menos 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas (6,8% de analfabetismo).

Esses dados nos dão uma ideia de como é tratada a educação de jovens e adultos no Brasil, e que o nosso país ainda não conseguiu garantir, na prática, a educação à todas as pessoas, como garante a Constituição Federal. Milhões de pessoas espalhas por nosso país infelizmente ainda não foram alcançadas por esse direito básico, que é a educação.

Por isso a importância de fazer essa retrospectiva na história da educação brasileira, pois é olhando para o passado que podemos entender o presente. Para isso, faremos uma investigação que nos ajudará a compreender o processo histórico da educação de Jovens e Adultos e como lidamos com essa herança histórica na atualidade.

### 3.1 Breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

A Educação de Adultos <sup>1</sup>faz parte de nossa história desde o início da colonização do Brasil, época na qual os padres jesuítas ficaram responsáveis por catequizar os nativos. Perceberam que o objetivo só seria alcançado se os nativos aprendessem a ler e escrever, pois só assim conseguiriam convertê-los a fé católica. De acordo com Galvão e Soares:

[...] a educação de adultos existe desde o período colonial. Pode-se dizer que a mesma ocorria juntamente com a educação e catequese das crianças indígenas, sendo assim realizada com índios adultos e por parte dos jesuítas que aprendeu a língua desse grupo para catequizá-los e educá-los (2004).

A partir do aprendizado da língua e da constatação de que só conseguiriam catequizar os nativos quando eles soubessem ler e escrever é que foi implementado no Brasil os primeiros métodos para alfabetização de adultos. Uma educação focada exclusivamente na catequização, pensada pela Igreja católica, e tinha o objetivo de converter o índio brasileiro ao cristianismo.

Movidos por intenso sentimento religioso de propagação da fé cristã, durante mais de 200 anos, os jesuítas foram praticamente os únicos educadores do Brasil.

Foram os primeiros a se preocuparem com a criação de escolas. Mas isso se deu não pela catequese dos índios e sim quando se afastaram desse objetivo inicial, para se preocuparem com a educação das elites, pois assim garantiriam para si lucros financeiros. Dessa educação estava excluído o povo, e graças a Companhia de Jesus, o Brasil permaneceu, por muito tempo, com uma educação voltada para a formação da elite dirigente.

Este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas bases.

No período Imperial, a educação também continuou privilegiando as elites, mas algumas reformas educacionais foram feitas e destacava que deveria haver

---

<sup>1</sup> Tipo de educação orientada para adultos que completaram ou abandonaram a educação formal.

classes noturnas de ensino elementar para adultos analfabetos e essas classes noturnas foram durante muito tempo o único meio de educação para os adultos das camadas consideradas inferiores da sociedade.

Na verdade, as aulas tinham um caráter filantrópico e missionário. Filantrópico porque o professor trabalhava praticamente sem pagamento, de forma voluntária ou sob pressão política. Missionária por está enraizado nas ideias religiosos dos jesuítas.

Porém essa instrução tinha como objetivo a civilização desse grupo, para que assim pudessem exercer sobre eles autoridade e dominação. Vale ressaltar que a educação de Jovens e Adultos era carregada de um princípio missionário e caridoso, fazendo sempre com que as pessoas iletradas se sentissem em dívida com aqueles que estavam oferecendo a eles uma oportunidade de melhoria de vida.

Sendo que por trás dessa “boa ação”, tinha uma intenção, em nada o Estado se preocupava de fato com essa classe desfavorecida, o único objetivo era o de exercer sobre eles dominação.

A verdade é que até fins do século XIX, as oportunidades de escolarização eram muito restritas, acessíveis basicamente às classes dominantes. No final do século XIX e início do século XX, num contexto de emergente desenvolvimento industrial, são aprovados projetos de leis que enfatizam a obrigatoriedade da educação de adultos, com o objetivo de aumentar o contingente eleitoral, para atender como sempre aos interesses das elites.

De acordo com Paiva:

[...] a partir da Primeira Guerra Mundial, o problema da educação ganha lugar de destaque nos discursos de políticos e intelectuais, que qualificavam o analfabetismo como vergonha nacional e creditavam à alfabetização o poder de elevação moral e intelectual do país, de regeneração da massa dos pobres brancos e negros libertos e de iluminação do povo e disciplinamento das camadas populares, consideradas incultas e incivilizadas (1987, p. 89).

Com isso a alfabetização das classes desfavorecidas ganhou destaque nos discursos políticos e houve uma grande mobilização social para tentar exterminar o analfabetismo, pois era necessário tornar a pessoa analfabeta um ser produtivo que contribuísse com o desenvolvimento do país, mas pouco se fez por essas camadas da população.

O descaso com a educação era muito grande e o índice de analfabetismo altíssimo. De acordo com Bastos (2005, p. 266), “os índices de analfabetismo no Brasil, por esse período, atingiam cerca de mais da metade da população com 15 anos ou mais”. O que levou ao reconhecimento da grave situação em que o país estava e de que algo eficaz precisava ser feito para que houvesse mudança nesse estado lamentável em que o Brasil se encontrava.

Os discursos políticos e debates continuaram ganhando força e algumas iniciativas foram sendo tomadas para tentar erradicar o analfabetismo do país.

Em 1934, no Governo de Getúlio Vargas foi criado o Plano Nacional de Educação que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas. Esse foi o primeiro plano na história da educação brasileira que previa um tratamento específico para a educação de jovens e adultos. Segundo Friedrich (2010), “o governo cria o Plano Nacional de Educação que estabeleceu como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional”.

Com isso percebemos que é a partir da década de 30 que a educação de adultos começa a se destacar no cenário educacional do país e esse fato ocorreu no Governo de Getúlio Vargas. Porém apesar de ter tido início na década de 30, só foi na década de 40 que as especificidades dessa modalidade foram consideradas.

A partir das décadas de 40 e 50 a educação de jovens e adultos volta a pautar a lista de prioridades necessárias do país. Foi regulamentado o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), criado pelo professor Anísio Teixeira, com o objetivo de garantir recursos permanentes para o ensino primário.

Segundo Amaral:

Para que essa desigualdade fosse amenizada propôs a criação de um “custo padrão”, com o objetivo de redistribuir entre municípios de um estado da federação os recursos já existentes para a educação fundamental, a partir da pré-fixação de um custo médio anual, nacional, do aluno financiado pelos três poderes públicos: União, Estados e Municípios (2001).

Anísio Teixeira criou o FNEP, pois ele se preocupava com a desigualdade econômica e cultural entre os municípios, o que resultava na formação desigual dos alunos. Ele lutava para que as classes desfavorecidas pudessem ter direito a uma educação de qualidade.

Em 1946 surge a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa o ensino supletivo e em 1947 o governo brasileiro lança pela primeira vez a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, quando se estruturou o Serviço de Educação de Adultos (SEA), do Ministério da Educação. Em relação a essa Campanha, Paiva destaca que:

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender aos apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo (1987, p. 178).

A CEAA foi concebida como a primeira campanha oficial de caráter nacional para o “combate” ao analfabetismo. O SEA tinha como objetivo a orientação e coordenação geral dos trabalhos e planos anuais do ensino supletivo. Ele se desdobrava em: Administração, Planejamento e Controle, Orientação Pedagógica e Relações com o Público.

Os objetivos dessa grandiosa Campanha não era somente alfabetizar a população, tinham objetivos mais ambiciosos que eram: “a educação do povo nos melhores moldes democráticos” e não a mera alfabetização.

Não obstante o esforço em se criar o material específico para a educação de adolescentes e adultos, a campanha acabou se tornando “uma réplica” do ensino infantil, pois os conteúdos ensinados aos alunos das classes de alfabetização eram semelhantes aos do ensino primário comum, além disso, as condições de funcionamento das classes também eram criticadas, pois não havia verba o suficiente para resolver alguns graves problemas, tais como: baixa remuneração dos docentes que atuavam nas classes de alfabetização; insuficiente iluminação das classes e aquisição dos materiais escolares, esses eram considerados inadequados para uso nas várias regiões do país.

Em 1950 foi divulgado o recenseamento pelo qual se evidencia que no país, malgrado as campanhas promovidas, o percentual de analfabetos seguia alto, tendo atingido 51,75% das pessoas adultas, ou seja, mais da metade da população do país ainda se encontrava nessa condição. Com esse fato ficou comprovado que a

campanha não estava alcançando os resultados esperados e, por conseguinte, começou a entrar em declínio e a receber graves críticas sobre a sua atuação.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos funcionou até o ano de 1963, quando foi extinta juntamente com as demais campanhas lançadas até aquele momento pelo MEC.

Na década de 50 o MEC criou duas campanhas que tiveram pouca contribuição para a redução do analfabetismo no país, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), em 1958.

O CNER, tinha como uma de suas ações capacitar e/ou formar professores para atuar nas zonas rurais, segundo um imperativo: os cursos normais regionais deveriam seguir as diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), mas em nível internacional deveriam atender à Recomendação nº 08 da UNESCO (1936) naquilo que concernia à organização da educação rural.

Uma das metas da nova campanha não era somente oferecer alfabetização as pessoas da roça, aos excluídos, mas sobretudo, transformar sua realidade socioeconômica, proporcionando condições de saúde, trabalho e produção, tendo em vista, que se a população é instruída, bem informada, ela pouco adoecer. Foi implantada até 1963 quando a campanha foi extinta.

Já a CNEA nasceu do conjunto de medidas idealizadas durante o mandato de Juscelino Kubitschek (1956/1961), e se estendeu aos governos posteriores, de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961/1964). Os estudos e pesquisas que permearam a constituição da CNEA ficaram ao encargo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs), órgãos ligados ao INEP.

Esta devia começar como um projeto experimental, partindo de uma pequena amostra, de um município menor para só depois partir para outro lugar maior, até atingir todo o país. A proposta era melhorar o ensino primário regular e ao mesmo tempo contribuir para a educação de Jovens e Adultos, complementando o que as campanhas anteriores não conseguiram fazer por completo.

Como podemos perceber, essas três Campanhas de alfabetização de adultos (CEAA, CNER, CNEA) foram extintas em 1963, por não atender a nova maneira de compreender o fenômeno do analfabetismo, bem como os interesses políticos da época. Desde então, a questão da educação de adultos teve uma nova roupagem, passou a ser percebida de um ponto vista político e ideológico que envolvia essencialmente à participação popular

Foram campanhas que receberam muitas críticas pelo ensino ser considerado superficial e inadequado, pois os materiais pedagógicos não consideravam também as especificidades dos adultos.

O mesmo material que era direcionado para o ensino das crianças, eram os mesmos que seriam usados para a Educação de Jovens e Adultos, não havia uma preocupação em respeitar as especificidades desse grupo e de procurar a implementação de um material específico para se trabalhar com eles.

No ano de 1958, Juscelino Kubitschek, então Presidente da República, convoca grupos de vários estados para relatarem suas experiências no Congresso de Educação de Adultos. “Nesse congresso ganha destaque a experiência do grupo de Pernambuco liderado por Paulo Freire” (GADOTTI, 2000).

É nessa época que começamos a conhecer um dos maiores pedagogos do Brasil e seu método de alfabetização, no qual Freire chamava a atenção de que o ato educativo deve acontecer de uma maneira contextualizada, levando em consideração as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem e também as contribuições que os mesmos poderiam trazer.

Paulo Freire apresentava uma proposta de alfabetização e de educação que visava a conscientização dos sujeitos no processo. E um de seus princípios básicos de ensino e aprendizagem era: a leitura de mundo precede a da palavra (FREIRE, 2000).

Considerava que a educação não podia ser um simples processo mecânico de transmissão de conteúdo. A educação precisava ser essencialmente dialógica, considerar o conhecimento e a leitura de mundo que o indivíduo em processo de alfabetização possuía, desse modo, ela podia promover a alfabetização e ao mesmo tempo a criticidade, por meio da problematização do conteúdo.

Freire acreditava que esses sujeitos eram portadores e produtores de cultura, e que deveriam participar de todo o processo, que eles não deveriam estar ali apenas para aprender a lê e escrever, ele acreditava que a educação tinha o papel de libertá-los de uma consciência ingênua e de uma sociedade opressora, dando a eles uma consciência crítica da realidade na qual estavam inseridos.

Já na década de 1960 surgem outros movimentos, como o Movimento da Educação de Base (MEB), O Movimento de Cultura Popular do Recife, movimentos que buscavam o apoio do Governo Federal para que houvesse uma mudança na estrutura econômica e social do país.

O MEB foi criado pela Igreja Católica, com o objetivo de coordenar as ações que existiam no país, desenvolvidas pela Igreja, para atender a educação de base. Esses movimentos, procuravam reconhecer e valorizar o saber e a cultura popular, considerando assim, a pessoa não alfabetizada uma produtora de conhecimento. O MEB foi um dos Movimentos que conseguiu resistir ao golpe de 1964, sobreviveu com o apoio da Igreja, porém teve que se adequar as propostas do Governo

Foi também com o Golpe Militar que foi interrompido os preparativos para o início das ações do Plano Nacional de Alfabetização, criado no Governo de João Goulart e que tinha na sua base o método Paulo Freire e era coordenado também por ele.

O então presidente ficou sabendo da experiência que Paulo Freire teve na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, com seu método de alfabetização, no qual conseguiu alfabetizar 300 pessoas em 40 horas, experiência que ficou conhecida como as 40 horas de Angicos e quis aplicar esse método em todo o país, mas foi impedido pelo Golpe Militar.

A repressão feita pela ditadura sobre os movimentos de educação popular acabou levando Freire ao exílio, por ser considerado pelas suas ideias de libertação do povo através da educação, um subversivo.

O Governo Militar agora no poder, após o Golpe de 1964, contra o então presidente João Goulart, retoma a educação e cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 1967, mas suas atividades só tiveram início na década de 70.

Nesse Movimento a educação era vista como um modo de homogeneização e controle das pessoas, ficando restrita apenas a habilidade de ler e escrever, sem que houvesse compreensão do contexto no qual estavam inseridos. De acordo com Bello:

Esse movimento foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida (1993).

Bastava apenas aprender a ler, escrever e contar para melhorar de vida, sem levar em consideração a qualidade do ensino, nem se as pessoas saberiam usar o que aprenderam, pois isso não importava para o governo, eles não queriam a emancipação do povo e sim manter o controle social.

Segundo Strelhow (2010), “ o governo militar cria o Mobral com o intuito de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada”. Mas não conseguiu erradicar o analfabetismo como havia prometido.

Ainda na década de 70 se destaca no país o ensino supletivo, criado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 5.692/71). Nos anos 80 foi implantado a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), que era vinculada ao Ministério da Educação.

A Fundação Educar tomou o lugar do MOBREAL, e diferentemente do primeiro, essa fundação não executava diretamente os programas de alfabetização, na verdade apoiava financeiramente as iniciativas que estavam conveniadas a ela.

Com a extinção da Fundação EDUCAR em 1990 ocorre a descentralização política da EJA, transferindo a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização aos municípios, a União já não seria mais responsável em promover essa educação

Um fato muito importante aconteceu na década de 90, foi quando as Nações Unidas realizaram uma série de Conferências relativas a temas sociais, e a primeira delas aconteceu em Jomtien, na Tailândia, que reuniu 155 governos, um deles era o do Brasil, no qual foi aprovado a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.

Diversas foram as experiências pensadas e exercitadas para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Destacam-se, segundo Pinto (2000, p. 523):

[...] Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947, governo Eurico Gaspar Dutra); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, governo Juscelino Kubitscheck); Movimento de Educação de Base (1961, criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB); Programa Nacional de Alfabetização, valendo-se do método Paulo Freire (1964, governo João Goulart); Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral (1968-1978, governos da ditadura militar); Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos - Educar (1985, governo José Sarney); Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - Pnac (1990, governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada em 1993, pelo Brasil, em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, governo Itamar Franco); e [...] o Programa de Alfabetização Solidária (1997, governo Fernando Henrique Cardoso).

Várias Campanhas e vários programas foram idealizados como o objetivo de erradicar o analfabetismo no país, embora nenhum deles tenha conseguido alcançar tal êxito.

Também na década de 90, tendo por base o acompanhamento a projetos, programas e iniciativas diversas do Governo Federal, no que se refere à chamada erradicação do analfabetismo, ou mesmo à expansão do nível de escolaridade entre jovens e adultos no Brasil, não podemos deixar de destacar a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação), lei de número Lei 9.394/96, que estabeleceu no capítulo II, seção V a Educação de Jovens e Adultos.

A LDB trata da educação de jovens e adultos, como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

Ao ser estabelecida na LDB a EJA ganhou força e tornou-se uma política de Estado de modo que hoje o governo brasileiro investe e incentiva essa modalidade educacional como possibilidade de se elevar o índice de ensino da população, principalmente, daqueles que já mencionados nela não tiveram acesso ou possibilidade de estudos.

Em 1996, como referência principal, neste período de governo, destacam-se o Programa Alfabetização Solidária (Alfasol), de caráter aligeirado e assistencialista, não articulado com a continuidade do processo educativo.

O Alfasol foi uma iniciativa não governamental que ganhou destaque no Cenário Nacional e foi dos programas mais conhecidos nacionalmente e até os dias atuais continua sendo um dos mais conhecidos e tem sua imagem ligada ao Governo de Fernando Henrique Cardoso e a Ruth Cardoso.

O programa de alfabetização solidária tinha como objetivo reduzir o índice de analfabetismo no Brasil, e mais precisamente em 1998, foi transformada em uma ONG, mas mesmo com a mudança de Governo ele continuou como suas ações de tentar diminuir os números do analfabetismo no país.

Não podemos deixar de citar também que em 10 de maio de 2000 é aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000), devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelece que como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

No Artigo 6º diz que cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitando as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) promoveu importantes reformulações na implementação da política nacional de EJA no Brasil. Neste governo passou-se a mencionar a alfabetização de jovens e adultos como área de interesse prioritário, incorporaram-se as matrículas ao financiamento do FUNDEB e desenvolveram-se várias iniciativas distribuídas em diferentes Ministérios no período compreendido entre 2002 a 2006 voltadas aos jovens e adultos trabalhadores

Em 2003 se criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando então o Programa Brasil Alfabetizado, que objetiva a superação do analfabetismo entre jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos. O programa visava contribuir para a universalização do ensino fundamental no país.

O governo Lula trouxe consigo a esperança de que a EJA pudesse ser valorizada, sendo tratada de forma adequada e com a urgência necessária. Esse Governo aumentou os investimentos federais na EJA. Procurou criar programas característicos para a área, com o objetivo de atender públicos específicos.

Dentre as principais iniciativas para a área, podemos citar: o desenvolvimento do Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (PBA) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem); a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) ligada ao Ministério da Educação (MEC); e a implantação do Fundeb, que passou a abarcar a EJA.

O PROJOVEM foi instituído em 2005, era o programa de EJA do governo federal com maior aporte de recursos diretos e era destinado à elevação de escolaridade, e no mesmo ano também aconteceu o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA), que consistia na reserva de um percentual mínimo de vagas para jovens e adultos na rede federal de educação profissional e tecnológica.

Em 2007 o Ministério da Educação (MEC), aprova a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), passando, todas as modalidades de ensino, a fazer parte dos recursos financeiros destinados à educação. Esse fundo financia todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos. A inclusão do financiamento da EJA no Fundeb foi outro ponto positivo, afinal o fundo anterior excluía essa modalidade.

No Governo Dilma, no contexto das políticas públicas voltadas para a EJA, percebe-se a continuidade das ações já desenvolvidas durante o governo anterior, ressaltando um elemento significativo: a criação do Pronatec, em 2011, que se constitui, resumidamente, em uma ação de oferta de cursos de curta duração ou cursos técnicos.

O que percebemos é que nos anos que correspondem aos governos Lula e Dilma (2003-2016), por exemplo, percebe-se, de forma geral, que a política educacional possibilitou maior visibilidade à modalidade da EJA, ampliando o atendimento aos jovens e adultos mediante a implementação de inúmeros programas.

Foram vários momentos que a educação de jovens adultos enfrentou durante toda sua trajetória, muitas lutas foram travadas para que ela se tornasse um direito de todos, garantido pela Constituição Federal. Embora muito ainda precise ser conquistado em prol dessa parte da sociedade tão discriminada e que sempre é colocada a margem da população.

Muitos enxergam o jovem e o adulto analfabeto como sinônimo de problema e motivo de preocupação. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil é marcada como vimos através dos fatos históricos, por uma descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda e do cumprimento do direito nos termos estabelecidos pela Constituição de 1988. Percebemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que esse direito de fato se realize em sua totalidade e para que essa parte da população deixe de ser vítima de um sistema excludente e pensado para poucos.

No atual Governo (2019), a EJA vem perdendo a cada dia seu espaço e as incertezas em relação ao seu futuro só aumentam. Estratégias para a EJA pouco aparecem no desenho atual da Política nacional de Alfabetização. A Meta dos 100 dias de governo assinada em 11 de abril de 2019, faz apenas uma única menção à educação de Jovens e Adultos: o desenvolvimento de materiais didáticos-pedagógicos, apenas toca nesse ponto.

Para agravar ainda mais a situação da EJA, a Comissão Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos (CNAEJA), que reunia representantes de movimentos sociais e da sociedade civil para assessorar a política de EJA no MEC, foi extinta no início de abril por um decreto federal que modificou o Sistema Nacional de Participação Social.

A realidade é que a EJA desde o início enfrenta muitos obstáculos para que a sua consolidação de fato aconteça como realmente deve ser. Durante muitos anos de lutas, conseguiu obter progressos e alcanças objetivos, embora também tenha enfrentado e continua enfrentando no atual Governo, muitos retrocessos e hoje vive um período de incertezas quanto sua manutenção e seu futuro.

Diante dos fatos expostos quem sai perdendo como sempre é a população das classes desfavorecidas que mais uma vez são colocadas à margem da

sociedade nesse cenário de incertezas e de invisibilidade da Educação de Jovens e Adultos.

### **3.2 A Educação de Jovens e Adultos – Conceito**

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil começou com os Jesuítas na época do Brasil colônia, através da catequização das nações indígenas e percorreu durante toda sua trajetória por vários caminhos até se consolidar como uma modalidade de ensino.

E como modalidade de ensino foi criada pelo Governo Federal e perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. É ofertada tanto no ensino presencial, como à distância (EAD), e vem se estruturando e ganhando espaço no quadro educacional brasileiro de forma gradativa.

Este modelo de educação está previsto na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (9.394/96), da seguinte forma:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (art.37).

Embora essa modalidade de ensino seja oferecida gratuitamente e garantida pela legislação, não quer dizer que atenda as exigências específicas.

A maioria dos cursos de formação de professores prepara o docente para atuar com o aluno ideal - por que não dizer irreal. Há que se repensar os currículos dos cursos de licenciatura, para que a formação inicial trate dessa modalidade de ensino.

Não podemos deixar de destacar que a EJA é mais que uma modalidade de ensino, que ela se tornou uma área de conhecimento com abordagens e pressupostos teóricos que engendram as discussões nessa área de estudo e nos levam a compreender que o campo teórico da EJA é amplo e possui interfaces variadas com temas correlatos.

Podemos encontrar em muitas instituições de ensino superior, a oferta de cursos e formação inicial para se trabalhar com a educação de jovens e adultos, embora ainda seja mais comum encontrar extensões e pesquisas relacionadas a temática, já se teve um grande avanço nessa área.

Pode parecer um quantitativo modesto de cursos, mas já sinaliza para a necessidade de se introduzir as discussões do campo da EJA nas licenciaturas. O que ocorreu com as novas diretrizes curriculares do curso de pedagogia, aprovadas em 2006, é um reforço na perspectiva do pedagogo como o profissional para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental para crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A busca pela efetivação das propostas da EJA sempre parte do pressuposto do alto índice de analfabetos que existem no Brasil. Diante desses números, procuram-se encontrar meios para a erradicação do analfabetismo, embora esse objetivo ainda esteja longe de ser alcançado, uma vez que o contingente de brasileiros analfabetos é alto e soma-se ao dos evadidos das salas de aulas, às distorções idade-série, fatores que se apresentam como barreiras no sistema educacional.

Os diversos movimentos populares de educação e cultura da década de 1960 e o trabalho de Paulo Freire traziam, em seus princípios, a concepção de educação emancipatória e a perspectiva do educador como agente político na sociedade, com o objetivo de se educar através da dialogicidade e da troca de experiências.

Com seu método de alfabetização Freire mostrou que é possível sim, alfabetizar jovens e adultos, levando em consideração o meio em que estão inseridos, se valendo do diálogo entre educador e educando para se alcançar os objetivos propostos. Freire não acreditava que a repetição de palavras, como era usado nas cartilhas, pudessem trazer um aprendizado como significado para os jovens e adultos, então em seu método ele retirava palavras do cotidiano das pessoas, formando assim as palavras geradoras e através delas formavam muitas outras diferentes, mas todas que faziam parte do vocabulário de seus educandos.

## **4 OS SUJEITOS DA EJA, METODOLOGIA E PLANEJAMENTO PARA ESSA MODALIDADE DE ENSINO**

Discutiremos nesse capítulo quem são os sujeitos da EJA e a importância de uma metodologia e de um planejamento adequado para essa modalidade de ensino diferenciada, e os benefícios que esses dois pontos podem trazer para que se alcance os objetivos propostos para as aulas que serão ministradas.

Antes de adentrarmos nas questões da metodologia e do planejamento, precisamos entender quem são os sujeitos da EJA, qual público que essa modalidade de ensino assiste e para isso vamos fazer uma breve explicação de quem são esses sujeitos.

Em sua maioria o perfil dos alunos da EJA, são trabalhadores em busca de melhores condições de vida e que buscam vencer as barreiras da exclusão provocadas por um sistema educacional excludente. Segundo Pedroso:

O público atendido pela EJA é de pessoas que na idade regular não puderam estudar, ou por não se sentirem atraídos pelo conteúdo escolar acabaram deixando a escola. Isto acaba gerando uma exclusão dos indivíduos analfabetos dentro da sociedade e da própria escola. Muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas no ensino na idade regular, alguns destes problemas são: gravidez precoce, drogas, desinteresse, condições financeiras. (PEDROSO, 2010).

Grande parte do público da EJA são de jovens e adultos com 15 anos ou mais, que por algum motivo não teve a oportunidade de concluir os estudos na idade certa ou desistiram de estudar, abandonando a escola. São sujeitos que foram excluídos da sociedade letrada impedindo-os de participar ativamente nas questões políticas, culturais e sociais desta sociedade moderna.

O quadro de alunos da EJA é formado por pessoas que não tiveram a oportunidade quando menores em frequentarem uma instituição de ensino, por diversos motivos: ter que ajudar na renda familiar, desempenharem determinadas tarefas domésticas ou rurais. Há também aqueles que entraram muitas vezes na escola, mas que acabaram evadindo.

A EJA é formada em sua maioria, por pessoas das classes baixas, que por este motivo, tiveram que escolher entre o trabalho e a escola, optando pelo trabalho, uma vez que suas necessidades os obrigavam a fazer esta escolha.

De um modo geral, os sujeitos da EJA são tratados como uma massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes nomes, relacionados diretamente ao chamado "fracasso escolar".

Arroyo (2001) ainda chama a atenção para o discurso escolar que os trata, a priori, como os repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis, deixando de fora dimensões da condição humana desses sujeitos, básicas para o processo educacional.

Por essa singularidade nos dirigimos a uma faixa etária diferenciada, com características próprias. Primeiramente jovens e adultos não podem ser tratados como crianças, pois já trazem toda uma trajetória de vida e especificidades que precisam ser respeitadas. De acordo com Freire (1987), "são pessoas que não tiveram infância, ou tiveram uma infância frustrada, têm vergonha de si mesmos, possuem complexo de inferioridade diante da sociedade que os oprime e os discrimina.

Podemos perceber que esse público já sofreu e ainda sofre muita discriminação ao longo de sua vida, pois por inúmeros motivos tiveram que deixar a escola, e quando decidem retornar, não encontram um lugar que os acolham e os façam sentir vontade de continuar em busca de seus ideais, muitas vezes encontram aquele mesmo ambiente que os fizeram evadir a anos atrás.

Por isso que se deve procurar proporcionar um ambiente acolhedor e motivador, para que esse aluno mais uma vez não desista de prosseguir com sua escolarização.

Construir uma EJA que produza seus processos pedagógicos, considerando quem são esses sujeitos, implica pensar sobre as possibilidades de transformar a escola que os atende em uma instituição aberta, que valorize seus interesses, conhecimentos e expectativas; que favoreça a sua participação; que respeite seus direitos em práticas e não somente em enunciados de programas e conteúdo; que se proponha a motivar, mobilizar e desenvolver conhecimentos que partam da vida

desses sujeitos; que demonstre interesse por eles como cidadãos e não somente como objetos de aprendizagem

#### **4.1 Metodologia na EJA**

Antes de falarmos sobre a importância da metodologia para a Educação de Jovens e Adultos, precisamos refletir um pouco sobre o que é metodologia. Portanto, faz-se necessário esclarecer o que é metodologia de ensino. Segundo Araújo:

A metodologia de ensino – que envolve os métodos e as técnicas – é teórico-prática, ou seja, ela não pode ser pensada sem a prática, e não pode ser praticada sem ser pensada. De outro modo, a metodologia de ensino estrutura o que pode e precisa ser feito, assumindo, por conseguinte, uma dimensão orientadora e prescritiva quanto ao fazer pedagógico, bem como significa o processo que viabiliza a veiculação dos conteúdos entre o professor e o aluno, quando então manifesta a sua dimensão prática. (2006, p.27)

Compreendemos que metodologia de ensino é um conjunto de ações desenvolvidas pelo professor visando alcançar os objetivos propostos, e não como um roteiro prescritivo que busca promover uma ação docente mecanizada a qual desconsidera o contexto em que o aluno está inserido.

A metodologia precisa considerar aspectos inerentes ao educando, como: seu ritmo de aprendizagem, suas vivências extras-escolares, sua faixa etária e suas potencialidades, entre outros.

E para escolher a metodologia de ensino o professor precisa estar atento ao contexto social, cultural, político, e econômico e, as necessidades educativas dos alunos de modo que esta favoreça a aprendizagem.

A atividade docente requer organização e planejamento, de modo que a metodologia utilizada pelo professor facilite o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o um processo prazeroso, mas sobre tudo eficaz. Por isso, não deve ser uma ação improvisada.

Assim, em relação à EJA, considerando-se o fato de ter um quadro de alunos diferenciados, a metodologia poderá ser um dos agentes causadores do alto índice

de evasão escolar nesta modalidade de ensino, uma vez que os professores na maioria das vezes insistem em utilizar metodologias infantilizadas, sem considerar a rotina de quem estuda e trabalha.

Por isso, é fundamental que o professor tenha clareza do que, para que, como e a quem está ensinando, para, a partir daí, utilizar uma metodologia que contemple as necessidades educacionais do aluno, sempre levando em consideração o perfil dos seus alunos.

Um método que leva de fato em consideração as especificidades dos alunos, é o Método Paulo Freire, no qual o educador se utiliza do vocabulário que faz parte da vida do educando, palavras que para eles tem um significado. O que Freire chamou de palavras geradoras, e a partir dessas palavras novas palavras se formam, todas de acordo com o meio no qual o aluno está inserido, tornando assim a aprendizagem significativa.

É preciso garantir educação para todos que não são alfabetizados ou escolarizados, através de uma prática pedagógica fundamentada em princípios éticos, de valorização da pessoa, de suas experiências de vida.

A EJA é de suma importância no cenário educacional, porém ainda há muito a ser feito, para conseguir universalizar o acesso à educação de toda população brasileira e garantir aos seus alunos a matrícula e permanência na escola, em muitos casos se constitui na única alternativa de inclusão social para os alunos que já estão fora do sistema de ensino.

Apesar dessa garantia estar na lei e ser orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2000), ainda existem muitos obstáculos nesse campo e a situação atual deixa muito a desejar, pois no Governo vigente (2019), a EJA perdeu lugar no MEC, a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), responsável por essa modalidade, foi extinta, houve a interrupção na distribuição do material didático, enfim, a EJA foi abandonado pelo Governo Federal.

Esse abandono se evidencia quando analisamos os primeiros meses do governo Bolsonaro, e o que se pode registrar é um cenário de incertezas para EJA.

O que percebemos é que ao longo da história a trajetória da EJA é marcada por muitas dificuldades, lutas, alguns avanços, mas muitos retrocessos.

Ensinar os adultos exige cuidados e não tratá-los como crianças é um dos pontos fundamentais para que o trabalho funcione e caminhe com êxito, por isso o professor precisa fazer adaptações na escolha dos temas, na abordagem e no tratamento que dá a turma, porque o tratamento infantilizado pode afastar os alunos da sala de aulas.

Segundo Pinto (1987), “tratar o aluno da EJA como criança é inadequado, pois não considera o adulto como um ser de saberes e ignora seu desenvolvimento e conhecimento”. Quando um professor propõe atividades que não condizem com o perfil dos alunos, a aula se torna desinteressante, impedindo assim a aproximação dos conteúdos com a realidade deles.

A Educação de Jovens e Adultos precisa compor um sistema educativo no qual o aluno e o meio social devem estar absolutamente articulados.

Além de dominar a metodologia de ensino escolhida, o professor precisa ter a capacidade de mobilizar e incentivar constantemente o aluno em sala de aula pois os educandos e as suas experiências podem contribuir com a dinâmica da aula, apontando novos caminhos que levam a formulação do conhecimento.

Educar jovens e adultos é saber valorizar o que eles já sabem, procurando estabelecer conexões entre o ensino e a realidade na qual estão inseridos. Era isso que Paulo Freire tentava colocar sempre em prática com seu método de alfabetização, o respeito as especificidades desse grupo. De acordo com FREIRE:

Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um "tratamento" humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para sua "promoção". Os oprimidos não de ser exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção (1987, p. 45).

Com a intervenção de Freire na estrutura da EJA, houve um avanço na educação e uma mudança de foco, trazendo a proposta da tendência pedagógica libertadora, despertou um novo olhar para o adulto analfabeto dentre algumas mudanças, também trouxe uma nova maneira de ensiná-lo com uma visão mais

voltada para o aluno, para o contexto em que esse indivíduo está inserido, colhendo informações sobre o aluno e a partir dessas informações, iniciar a alfabetização.

Segundo Paulo Freire (1996) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Ele acreditava que o aprendizado se dá pela troca de experiências e que o professor não é o detentor do conhecimento e sim apenas o mediador. A proposta deste autor é a noção de consciência crítica como conhecimento e prática de classe. É uma pedagogia da consciência, em termos educacionais, é uma proposta antiautoritária, no qual professores e alunos ensinam e aprendem juntos, engajados num diálogo permanente.

Freire (1987) defende o diálogo entre educadores e educandos como forma de promover a superação da concepção “bancária” e estabelecer uma nova proposta pedagógica em que a aprendizagem ocorra tanto para o educador quanto para o educando.

Sua proposta educacional é bastante relevante para a EJA, isso se dá pelo fato de levar em consideração as especificidades dos alunos. Os professores que atuam não só na EJA, mas todos os comprometidos com a educação que transforma os alunos em sujeitos críticos, reflexivos e capazes de reconhecer sua posição na sociedade, deveriam procurar entender como funciona essa proposta educacional.

Os educadores que se comprometem com a Educação de Jovens e Adultos, precisam possuir a consciência da necessidade de buscar mecanismos, métodos e teorias que estimulem o público alvo a não abandonar a sala de aula, ou seja, o professor é o estimulador, o mediador de seus alunos.

As ações pedagógicas utilizadas pelos professores têm grande relevância no processo de ensino-aprendizagem, visto que a metodologia de ensino desenvolvida pelo professor poderá contribuir para a efetividade deste processo.

Diante desse pressuposto, é preciso que o educador da EJA tenha clareza do seu papel, na formação de indivíduos conscientes de seus direitos e deveres e capazes de posicionar-se frente aos desafios do seu cotidiano. Para tal, é imprescindível que a formação de educadores habilite e qualifique profissionais

aptos a desenvolver, na sua prática pedagógica, atividades que cumpram as finalidades da educação básica.

A EJA tem especificidades e características próprias que devem ser evidenciadas e exploradas para que o ato educativo, tanto para quem ensina, como para quem aprende, aconteça de fato.

## **4.2 O planejamento**

Na trajetória enquanto aluno da área da educação, nos deparamos com vários tipos de planejamento: planejamento educacional, planejamento das aulas, planejamento pedagógico, planejamentos de conteúdo, etc.

Uma palavra tão comum para que faz parte da área da Educação e que muitas vezes não recebe o devido valor por parte daqueles que se dizem comprometidos com o ato educacional, pois não dão ao mesmo a grande importância que lhe é devida.

Segundo Moretto (2007, p. 100) “o planejamento no contexto escolar não parece ter a importância que deveria ter”. Percebe-se que o planejamento é fundamental na vida do homem, porém no contexto escolar ele não tem tanta importância assim, pois, muitos docentes não se mostram comprometidos com essa prática de planejar e existem professores que são negligentes na sua prática educativa, improvisando suas atividades pois pensam que sua experiência como professor seja suficiente para ministrar suas aulas com competência.

Os docentes comprometidos com ato educacional, devem procurar conhecer a realidade de seus alunos, o contexto no qual estão inseridos, suas trajetórias de vida, experiências, dentre tantos outros pontos importantes, para que a partir deles, eles possam organizar e planejar suas aulas pautadas nesses conhecimentos, pois devem planejar seu trabalho a partir da realidade dos educandos.

Segundo Freire (1996, p. 58):

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a

ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizados assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

A proposta de Paulo Freire para a educação baseia-se na realidade do educando, levando-se em conta suas experiências, suas opiniões e sua história de vida. Esses dados devem ser organizados pelo educador, a fim de que as informações fornecidas por ele, o conteúdo preparado para as aulas, a metodologia e o material utilizados sejam compatíveis e adequados às realidades presentes.

Educador e educandos devem caminhar juntos, interagindo durante todo o processo de alfabetização. É importante que o adulto alfabetizando compreenda o que está sendo ensinado e que saiba aplicar em sua vida o conteúdo aprendido na escola.

Então fica claro que planejamento nada mais é que decidir com antecedência o que fazer, como fazê-lo, quando fazê-lo, e quem deve fazê-lo. O planejamento cobre o espaço entre onde estamos e para onde queremos ir.

Porém não podemos garantir que o que planejamos vai dá cem por cento certo, pois não temos como prever o futuro, e vários acontecimentos inesperados podem acontecer e mudar a direção do que foi planejado, por esse motivo o planejamento deve ser flexível, podendo ser mudado de acordo com o tipo de situação que possa ocorrer, tudo poderá mudar para melhor atender as necessidades, tanto da parte do professor, como dos alunos.

De acordo com Padilha (2001):

Planejar, em sentido amplo, é um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para a superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja, com quem se planeja para que, e para quem se planeja.

Vale ressaltar que a tarefa de planejar não é fácil, porém é a partir dele que encontramos uma saída para alcançar mudanças significativas, que, no contexto escolar, facilitam a ação do professor em todos os níveis e modalidades de ensino.

Em todas as leituras realizadas certifica-se que se deve planejar as ações antes de executá-las, para obtenção de sucesso. Mesmo diante de vários conceitos do que seja planejar, algo é certo: antes de planejar deve-se ter em mente os objetivos que se pretende alcançar, para que o planejamento não passe de uma metáfora e a ação não surja como mais uma, e sem êxito. Pois quando delimitamos objetivos educacionais a serem alcançados, eles orientam na tomada de decisões para se formular o planejamento, porque nele se expressa com clareza a aprendizagem que se espera do aluno. Esses objetivos norteiam a seleção e a organização dos conteúdos e a escolha dos procedimentos metodológicos.

Discutiremos agora, a importância do planejamento para a educação de Jovens e adultos. É de grande valia que o docente se prepare para conduzir suas aulas, com objetivos pré-estabelecidos e metas a serem alcançadas. Sempre levando em consideração nesse planejamento, a realidade distinta de seus educandos.

Segundo Libâneo (1991):

O planejamento é um processo de sistematização e organização das ações do professor. É um instrumento da racionalização do trabalho pedagógico que articula a atividade escolar com os conteúdos do contexto social.

O planejamento é utilizado para organizar a ação educativa uma vez que permite que se levante o questionamento do tipo de cidadão que se pretende formar. Para isso, o educador tem que ter conhecimento da realidade em que seu aluno está inserido e de como pode articular essa realidade com os objetivos propostos em seu planejamento, sempre tendo por base o diálogo como ferramenta de troca de experiências. De acordo com Freire (1980, p.42):

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial.

O diálogo entre educador-educando deve começar em seu planejamento do conteúdo programático, quando questiona o que vai refletir com seus alunos. Mas esse conteúdo não pode estar dissociado do cotidiano dos alunos. Ele tem que ter

uma relação com o que eles vivem no mundo atual. Tem que haver uma conexão real.

Por esta razão Freire critica o que ele mesmo denomina de “educação bancária”. Nesta concepção, o professor é detentor do conhecimento, e “deposita” uma certa quantidade de conhecimentos nos alunos, que por sua vez, absorvem passivamente.

Esta concepção é um bom exemplo de educação antidialógica, tão repudiada por Freire (1987), na qual o educador transfere para o educando um conhecimento imposto, alienado, que não é passível de questionamentos. O educador detém todo o conhecimento, e o educando por sua vez, nada sabe. Sua curiosidade e criatividade são minimizadas ao máximo, e ao invés de transformar o mundo em que vivem, adaptam-se, ingenuamente.

A esse respeito, Freire afirma:

Não é de estranhar, pois, que nessa visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres de adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos (FREIRE, 1987, p. 34).

Na educação bancária criticada por Freire, não há conhecimentos significativos, o que há é a memorização por parte dos alunos do que é depositado pelo professor, e não há a troca de experiências.

Em contrapartida, o autor propõe a educação problematizadora, na qual não se pode abrir mão da prática do diálogo. Tal prática rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária (FREIRE, 1987), superando, justamente através da dialogicidade, a contradição entre educador e educando. Assim,

Quando se pratica a educação bancária, não há a difusão de (...) o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem junto e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem (FREIRE, 1987, p. 39).

Freire propõe que a educação deva ocorrer através do diálogo, em que professor e aluno sejam igualmente sujeitos do aprendizado, de maneira que o conhecimento que o aluno já possui, seja tão importante quanto àquele que o professor traz consigo, o que possibilita uma construção conjunta de saberes. E é esse diálogo que deve sempre se fazer presente no planejamento do professor.

É papel do professor, especialmente do professor que atua na EJA, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional e por meio do diálogo entre os participantes do processo educacional é que se estabelece possibilidades comunicativas em cujo o enfoque está na transformação do educando em sujeito de sua própria história.

O planejamento é de extrema importância, desde que, na sua elaboração, os principais autores saibam relacionar os conteúdos com a realidade educacional. O plano não deve estar desvinculado das relações que há entre a escola e a realidade do aluno, no sentido de buscar novos caminhos, cujo objetivo é transformar a realidade existente.

As ações educativas devem ter como perspectiva a construção de uma sociedade consciente de seus direitos e obrigações, sejam eles individuais ou coletivos.

O planejamento deve existir para facilitar o trabalho tanto do professor como do aluno. O planejamento deve ser uma organização das ideias e informações. Gandin (2008, p.01) sugere que se pense no planejamento como uma ferramenta para dar eficiência à ação humana, ou seja, deve ser utilizado para a organização na tomada de decisões.

O educador deve perceber o aluno como um ser pensante, cheio de capacidade e portador de ideias. Deve planejar suas aulas baseadas no diálogo e na troca de experiências, procurando sempre associar a atividade proposta com situações que façam parte do cotidiano de seus alunos, para que assim eles entendam melhor o que está sendo ministrado para eles, já que está fazendo associação com suas realidades.

É necessário que esses alunos tenham a compreensão de seu papel na sociedade, que os temas abordados e relacionados com suas realidades, os tornem

cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, e que eles entendam que tem muito a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, não só por serem trabalhadores, mas por trazerem na bagagem uma longa trajetória de vida, cheia de conhecimentos e experiências que podem ser compartilhados e assim ajudar na construção do conhecimento.

## **5 REFLEXÕES A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO**

Como vimos no decorrer desta pesquisa a educação de Jovens e adultos é uma modalidade de ensino destinado a pessoas que por inúmeros motivos não tiveram acesso à escolarização no ensino tido como regular. Este modelo de educação está previsto na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (9.394/96), da seguinte forma:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (art.37).

Nesse sentido o poder público deve proporcionar todas as condições necessárias para que os jovens e adultos sejam inseridas na EJA.

Durante o período de observação na pesquisa de campo, ficou evidente que muitas vezes as especificidades desses sujeitos não foram respeitadas, e o diálogo como parte tão eficaz no processo de aprendizagem dessa modalidade tão distinta de ensino foi quase nulo e a infantilização nas práticas pedagógicas por parte das docentes observadas se fizeram presentes.

A infantilização aqui entendida é o ato de um professor que esteja trabalhando na Educação de Jovens e Adultos, trazer para sala de aula atividades que não condizem com o perfil dos educandos da EJA, ou seja, atividades idênticas as que são direcionadas as crianças da educação infantil e ensino fundamental.

Porém essa infantilização foi além das atividades propostas em sala, ela também se fez presente no tratamento direcionado a esses educandos, como exemplo, usando palavras no diminutivo ou não levando em consideração a longa experiência de vida desses sujeitos.

### **5.1 A Prática Educativa Observada**

Durante dez visitas de observação sistemática, pude presenciar a prática de três professoras dos ciclos I e II da EJA, de uma Escola Estadual de João Pessoa.

Neste período, pude presenciar algumas situações que remeteram para a constatação de que de fato a infantilização das práticas pedagógicas se fizeram presente nesses dois ciclos observados, como exemplo a maneira que a docente se dirigiam aos alunos utilizando palavras no diminutivo, pedindo para eles copiarem as letrinhas e fazerem as tarefinhas completas. Porém, o que chama a atenção é que a infantilização muitas vezes é invisível para os docentes. Eles infantilizam, não por ignorar o fato de que estão lidando com jovens e adultos, mas porque muitos desconhecem que esse público possui especificidades diferentes.

Isso muitas vezes acontece porque os professores que atuam na EJA, não foram de fato preparados para essa distinta realidade e chegam nela por inúmeros motivos, porém desconhecem as metodologias que melhor se adequam para se trabalhar com essa modalidade.

O que pude perceber com as observações e as respostas do questionário, foi que as professoras destes dois ciclos, chegaram na EJA como uma forma de complementação de renda e não se identificavam de fato com essa modalidade diferenciada de ensino.

Irei transcrever as respostas dada por essas docentes, no tocante a forma como chegaram para trabalhar na EJA.

A primeira relatou que “ nunca pensou em trabalhar com os jovens e adultos, pois não se identificava com a faixa etária e que não se via dando aulas sem ser para crianças, mas que teve que ir trabalhar na EJA para complementar a renda, pois o salário que recebe é humilhante”.

A segunda falou que “ a EJA nunca foi sua opção pessoal de trabalho, pois não se identificava com o perfil dos alunos, era muito diferente do que já estava acostumada a trabalhar e nunca se viu dando aulas para jovens e adultos e que logo de início ficou desesperada sem saber lidar com aquela diferente realidade, mas que precisou continuar por precisar complementar o salário”.

A terceira explicou que “ a EJA não foi sua primeira opção e que teve que trabalhar quase que obrigada pois precisava completar a carga horária necessária de acordo com o seu contrato, esse foi o motivo de ir atuar na EJA ”.

De acordo com as respostas das professoras para essa questão específica de como chegaram para trabalhar na EJA, o que se pode constatar é que a EJA não foi a primeira opção de nenhuma delas, e que elas foram para essa modalidade de ensino não por se identificar com ela e sim por questões exclusivamente financeiras e burocráticas.

Essas respostas suscitam uma reflexão sobre a desvalorização do professor e da EJA que, devido à baixa remuneração, acaba tendo que enfrentar uma jornada dupla e em não poucos casos, tripla, para conseguir aumentar a renda e assim tentar melhorar sua qualidade de vida, mas em contrapartida, essa “qualidade de vida” acaba afetando outras áreas físicas e emocionais.

De acordo com a forma que chegam para atuarem na EJA sem conhecer essa realidade distinta, acabam tratando os jovens e adultos da mesma maneira que tratam as crianças com que são acostumadas a trabalhar e a lidar.

Essas posturas apresentadas por alguns docentes vão de encontro com o pensamento de Pinto (1993, p. 72), que dá ênfase para essa questão, de que não se deve trabalhar com o adulto da mesma maneira que se trabalha com a criança, que cada faixa etária deve ter o seu material distinto. Segundo Pinto:

A alfabetização do adulto é um processo distinto do infantil (a não ser assim, cairíamos no erro da infantilização do adulto). Dessa forma, assim como não se pode reduzir o adulto a criança, tampouco reduzir a criança ao adulto (1993, p. 72).

As especificidades de cada faixa etária devem ser respeitadas, cada público atendido tem que ter suas particularidades levada em consideração no processo de ensino-aprendizagem.

O que também foi observado na prática das professoras, foi que para elas o importante é que o aluno aprenda apenas a ler e escrever, desconsideravam o contexto e a importância social dessa aprendizagem. O que vai de encontro também com o pensamento de Freire (1992):

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (1992:11-12).

Assim, pode-se dizer que a leitura é construída no próprio meio em que vivemos, pois todas as expressões, símbolos e objetos são palavras lançadas como códigos de leitura, os quais o leitor terá que decifrar, ou seja, a leitura é a interação do indivíduo com o próprio mundo, ele defendia a busca da percepção crítica de mundo.

Contudo, as professoras priorizavam um ato mecânico de ensino, pois partia do entendimento de que quanto mais o estudante pratica, mais ele aprende, por mais que não compreenda o que está fazendo, no final a repetição o ajudará a decorar a grafia das palavras.

Não adianta apenas a reprodução, esse aprendizado tem que ter significado para o aluno. Por isso a formação de professores para atuar na Educação Básica faz-se necessária, para lhes fornecerem conhecimentos adequados para se trabalhar com essa distinta realidade, logrando êxito no processo de ensino-aprendizagem.

Essas ferramentas deveriam ser encontradas nos cursos de licenciatura que preparam, ou ao menos deveria preparar os futuros professores para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, após concluir o curso de Pedagogia.

O pedagogo pode atuar em várias áreas em que o conhecimento pedagógico for necessário, no entanto, mesmo sem atuar na área educacional, recebe a referência de “professor”. De posse do seu diploma de licenciado, o pedagogo é professor habilitado para atuar na docência na Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Em diferentes níveis a alfabetização e letramento perpassa por todos esses anos escolares.

Porém essa formação ainda é deficitária e a responsabilidade disso é de todos, quando digo todos, quero dizer do Sistema que não faz nada para mudar.

Outros dados também foram analisados na pesquisa e vou elencá-los como uma forma de compreender um pouco melhor a vida docente dessas educadoras observadas nas visitas

No quesito do questionário que diz respeito às dificuldades em relação ao exercício da profissão, as respostas foram basicamente as mesmas, as docentes se

queixaram da desvalorização da profissão, dos baixos salários, do trabalho que sempre é levado para casa pois no horário escolar não tem como concluir.

A terceira professora relatou algo a mais, que foi a crescente violência em sala de aula, contou que já foi ameaçada por uma aluna e sofreu ofensas verbais por parte da mesma. Esse episódio fez com que ela pensasse em mudar de profissão e a fez ser mais cautelosa na forma de lidar com os alunos.

Observamos que de acordo com as respostas das professoras, os salários baixos e a desvalorização é uma realidade de grande parte dos docentes. Esses pontos acabam gerando um descontentamento geral na categoria, que acaba ficando desmotivada com o exercício de sua profissão.

No momento em que se trata do respeito as especificidades dos alunos, as três foram enfáticas em dizer que sim, porém quando questionei verbalmente, quais eram as especificidades que elas respeitavam, uma não soube responder precisamente, e ficou me indagando quais das especificidades eu estava me referindo, tentei não dá respostas para a fala dela, e acabou que ela não respondeu de fato a pergunta, apenas que sim, mas não soube explicar.

Outra relatou que respeitava os seus alunos, pois como sabia que eles vinham de um dia de trabalho e que estavam cansados, ela quase sempre os liberava mais cedo, porém também não respondeu de fato a pergunta.

Apenas uma, em sua resposta, se aproximou do discurso de uma educação transformadora e de um aprendizado significativo, pois relatou que gosta de dialogar com os seus alunos e de conhecer um pouco da vida de cada um. Mas percebi que ela não usava esses pontos como metodologia de ensino contextualizada e significativa, só conversava, mas não contextualizava esses conhecimentos.

Por fim, a pergunta que tratava das atividades propostas em sala de aula, se elas já tinham trazido para sala atividades direcionadas as crianças. As respostas das três foram unânimes em responder que sim.

A primeira professora relatou que sempre procura atividades de acordo com a série, e não com a faixa etária do aluno, sempre busca atividades fáceis, pois segundo ela, se propor outro tipo de atividade, eles não conseguirão realizar, pelo

fato de muitos ainda não saberem ler, tem que trazer atividades com desenhos, para que assim, eles entendam o que devem fazer.

Já a segunda relatou que sempre que pede uma atividade para os alunos diurnos, sempre acrescenta o número dos alunos da EJA, pois já diminui o seu trabalho e disse ainda que eles só gostam de ficar na sala se tiver atividades para fazer. Por isso que sempre traz atividades xerografadas para a turma, e ainda relatou que mesmo aquela atividade seja muito fácil, muitos deles não conseguem responder, coisa que seus alunos diurnos respondem muito rápido.

E a terceira professora relatou que já trouxe sim atividades que eram para crianças, mas que as usava apenas como uma maneira de eles praticarem a escrita e que em suas aulas sempre tentava fazer alguma atividade diferente, que fizesse seus alunos refletirem sobre a realidade da vida deles, e essas atividades eram feitas sempre na terça feira, pois era o dia que mais tinha alunos na sala.

Ainda relatou que faz uma adaptação das atividades que visivelmente é destinado as crianças. Mas como adaptar atividades com abelhinhas, sapinhos e se fala no diminutivo? Foi dessa forma que a atividade foi passada para os alunos.

O relato dessas docentes agrava ainda mais a situação e deixa clara a superficialidade com que tratam os conteúdos, por acreditarem que o aprofundamento através de discussões em sala de aula, não está ao alcance dos estudantes devido a “incapacidade” de compreensão dos mesmos.

Além do questionário aplicado, também tiveram os pontos observados na pesquisa sistemática, que tratavam do planejamento, das metodologias e as considerações das especificidades dos alunos.

No ponto Planejamento, se percebeu que as docentes não seguiam um plano de aula, traziam atividades e davam um tempo para eles responderem, se conseguissem ou não, mudava de atividade sem esperar que todos os alunos a concluíssem.

Ainda se percebeu a falta de um plano, quando um dos alunos indagou o que seria dado na aula daquele respectivo dia e a professora simplesmente não soube responder. Disse apenas que eles iriam treinar as “letrinhas” que tinham aprendido, e

que ainda iria vê uma atividade para escrever no quadro para eles copiarem no caderno.

A segunda professora, disse que não segue um planejamento de aula, pois limita o seu trabalho, pois a sua aula depende do tempo que os alunos vão concluir as atividades propostas. Devido a isso prefere não seguir um planejamento e vai dando aula de acordo com o tempo que tem.

A terceira professora, disse que faz um planejamento quinzenal e que segue ele nos mínimos detalhes, procurando sempre buscar o melhor para seus alunos. Mas o que percebi nas aulas é que há um distanciamento dos conteúdos dados com a realidade dos estudantes.

Pode-se observar que um ponto tão relevante que é o planejamento, não recebeu dessas docentes a devida importância. Isso deve se dar pelo fato de desconhecerem a função, bem como sua importância.

Vale ressaltar que a tarefa de planejar não é fácil, pois se deve observar todo o contexto em que os alunos estão inseridos, para que assim esse planejamento possa contemplar as necessidades de todos os discentes. É a partir dele que encontramos uma saída para alcançar mudanças significativas, que, no contexto escolar, facilitam a ação do professor em todos os níveis e modalidades de ensino.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou diante de alguns fatos rever alguns aspectos da EJA, tais como o histórico, a sua evolução, a formação do professor e suas práticas pedagógicas e para que isso fosse possível foi necessário fazer toda uma retrospectiva da EJA no Brasil, afim de compreendermos seu processo e evolução.

Nos permitiu identificar através das leituras necessárias para a realização da pesquisa, as características que deve possuir o professor que atua ou deseja atuar na EJA, a importância do respeito ao conhecimento que o aluno traz de seu dia-a-dia, a grande importância de um planejamento distinto para essa modalidade diferenciada.

Compreendemos que deve haver uma diferença da EJA para as outras modalidades, no tocante ao planejamento e também no tratamento, pois ficou evidente que com os dados obtidos na pesquisa que a infantilização das práticas pedagógicas se fez presentes nas aulas das professoras observadas.

Essa constatação se deve a análise dos dados da pesquisa, através do questionário bem como das observações sistemática que foram feitas com o intuito de identificar se a infantilização era de fato uma realidade nas salas de aula da EJA, no caso específico, nas salas dos ciclos I e II de uma escola estadual de João Pessoa/PB.

Não podemos deixar de destacar que todos os envolvidos no processo de aprendizagem podem e devem contribuir para o desenvolvimento da EJA. Os governantes devem implantar políticas integradas para EJA, as escolas elaborar um projeto adequado para seus próprios alunos e não seguir meramente um projeto descontextualizado. Os professores devem estar sempre se atualizando, participando sempre que possível de formações que os ajudem a aprimorar os seus conhecimentos.

Concluimos também que a infantilização se dá porque o currículo e a atuação de alguns professores não consideram a idade dos educandos e suas dificuldades, e também por não haver uma organização própria destinada a todas as peculiaridades existentes na EJA.

Pudemos observar que é pouca a abordagem nos cursos de licenciatura e na Universidade a ausência de disciplinas destinadas a EJA, acabam deixando uma lacuna na formação dos professores que futuramente poderão trabalhar nessa modalidade de ensino. Esse é um dos principais pontos que precisam de uma mudança, pois essa lacuna não deveria fazer parte na graduação de uma licenciatura.

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), essa lacuna se dá no tocante em que a EJA faz parte de uma área de aprofundamento que não é obrigatória. No caso se essa área não for a opção escolhida pelos alunos, eles sairão da UFPB, com um conhecimento bastante limitado sobre a EJA.

E se forem atuar nessa modalidade de ensino não terão conhecimento das lutas políticas vivenciadas para a sua implementação. Não conhecerão de fato a realidade de trabalho na qual estão inseridos e esse ponto também acaba por legitimar a falta de conhecimento sobre a EJA.

Diante dos fatos torna-se fundamental a discussão das práticas pedagógicas destinadas especificamente para EJA nos Centros Acadêmicos, afim de preencher a lacuna deixada pela graduação. Os cursos de graduação e licenciatura de uma maneira geral faz com que os estudantes saiam do curso com habilidade a atuar com tal público, mas que na realidade é um público que não se conhece devido a superficialidade com que o tema é tratado nas graduações.

Pensamos que na medida em que os docentes cotidianamente refletirem sobre seu próprio trabalho e procurem preencher essas lacunas deixadas pela graduação que não abraça de fato a EJA, haverá avanços significativos, pois a qualidade do ensino está diretamente ligada a preparação do professor.

Essa discussão deve possibilitar aos futuros docentes subsídios necessários para a docência com jovens e adultos. Esse preparo deve abordar a compreensão da trajetória histórica e política da EJA.

Deve haver também uma formação continuada significativa e transformadora, para dá um apoio as mudanças que sempre estão ocorrendo no meio da educação. Ela deve ser pensada com vistas a ser uma proposta distinta para a melhoria das práticas pedagógicas.

Há muito ainda a ser feito até conseguirmos empreender uma Educação de jovens e adultos que de fato proporcione uma educação que contribua para o crescimento do indivíduo e sua participação na sociedade como sujeito crítico e reflexivo capaz de compreender o seu lugar.

Enfim, o que se pretende com a educação de jovens e adultos é dar oportunidade igual a todos e respeitar as especificidades desse público distinto, não os tratando, em hipótese alguma com práticas infantilizadas que não dialogam com a faixa etária em que se encontram e com suas histórias de vidas, tão ricas de conhecimentos.

O objetivo geral do meu trabalho que era o de identificar se existia a infantilização das práticas pedagógicas nas aulas das docentes dos ciclos I e II da EJA, nessa escola em particular, foi alcançado. Pois com as observações que foram feitas se constatou que a infantilização se fez presente, e um fato importante é que muitas vezes essa infantilização se tornou invisível para as docentes, que infantilizavam a prática, mas sem perceber que isso estava acontecendo.

Os objetivos específicos também foram alcançados, pois se conseguiu conceituar a EJA, bem como refletir sobre o planejamento e a metodologia para essa modalidade distinta de ensino.

Esse trabalho foi bastante relevante para minha formação acadêmica, pois me permitiu conhecer mais detalhadamente a história da EJA, algo que eu conhecia superficialmente, e a pesquisa ampliou minha visão e me fez compreender a importância dessa área de conhecimento e a grande relevância que uma formação adequada poderia proporcionar para um trabalho mais satisfatório com esses jovens e adultos que já foram tão desvalorizados e muitas vezes deixados à margem da sociedade.

Ficou claro também que a ausência de um aprofundamento dos estudos direcionados especificamente à EJA no meio acadêmico, ocasiona uma carência relevante na formação dos docentes e essa lacuna formativa, por sua vez, pode colaborar para a manutenção da cultura escolar tradicional, onde se reproduz para os jovens e adultos, o modelo de escola que se propõe para as crianças, mantendo, dessa forma, a infantilização e a desconsideração do jovem e do adulto em suas especificidades como educando.

Deste modo se acaba saindo da Universidade com essa lacuna em relação a EJA, pois pouco se ouve sobre ela e os mesmos equívocos que foram observados nas práticas docentes poderão ser reproduzidos pelos futuros pedagogos que sairão da Universidade sem conhecer essa realidade distinta da educação.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. **Um novo Fundef: as ideias de Anísio Teixeira. Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 22, n. 75, p. 277-290, 2001.

ARAUJO, J. C. S. **Do quadro negro à lousa virtual: técnicas, tecnologia e tecnicismo.** In VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Técnicas de ensino: Novos tempos, novas configurações.* Campinas: Papirus, 2006. (p. 13-48)

ARROYO, Miguel. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão.** Alfabetização e Cidadania. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n.11, abril 2001.

BASTOS, Maria (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** Vol. III – Século XX. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. Pedagogia em Foco,** Vitória, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.394/96. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 02 de Abril de 2019.

\_\_\_\_\_. (2000). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, MEC/SEF/COEJA.

FRIEDRICH *et.al.* **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980. p. 42.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa,** 1996, p.85/192.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 39 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, M. **Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL, 2000, Évora. Um olhar

sobre Paulo Freire: trabalhos apresentados... Évora, PT: Universidade de Évora, 2000.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. **História da alfabetização de adultos no Brasil**. In: ALBUQUERQUE, E. B; LEAL, T.F. A alfabetização de jovens e adultos: e uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

MARTINS, H. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. In: Educação e pesquisa, São Paulo, v.30, n2, p.289-300, 2004.

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5º Ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.p. 89 e 178

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez/IPF, 2001.

PEDROSO, Sandra Gramilich. Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos. In: **I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos**, 2010, João Pessoa. Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA. João Pessoa: EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2010.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre a Educação de Adultos**. São Paulo: Cortez, 1987.

PINTO, J. M. R. et al. **Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 81, n. 199, p. 511-524, set./dez. 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica: Como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**.

revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

## APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

### QUESTIONÁRIO

Nome da escola que trabalha \_\_\_\_\_

Forma de ingresso: Contrato ( ) Concurso ( )

Ciclo que leciona: \_\_\_\_\_

Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

Graduação: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

Pós- graduação: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

1. Há quanto tempo leciona?

- ( ) 1 ano
- ( ) Mais de 2 anos
- ( ) 5 anos
- ( ) Mais de 5 anos
- ( ) Mais de 10 anos

2. Há quanto tempo leciona na EJA?

- ( ) 1 ano
- ( ) Mais de 2 anos
- ( ) 5 anos
- ( ) Mais de 5 anos
- ( ) Mais de 10 anos

3. Há quanto tempo trabalha nessa unidade escolar?

- ( ) 1 ano
- ( ) Mais de 2 anos
- ( ) 5 anos
- ( ) Mais de 5 anos
- ( ) Mais de 10 anos

4. Quais as principais dificuldades apresentadas no exercício da profissão?

---

---

---

---

5. Como veio trabalhar na Educação de Jovens e adultos?

---

---

---

---

6. Como planeja as atividades para realizar na EJA?

---

---

---

---

7. Você respeita as especificidades de seus alunos da EJA? Caso sim, de que forma?

---

---

---

---

8. Já utilizou na EJA alguma atividade que era direcionada para crianças? Descreva essa situação.

---

---

---

---